

Planejamento para elaboração de diretrizes auxiliares à inserção de parques urbanos: análise de disposição a caminhada do usuário

Joani Paulus Covaleski

Universidade Federal de Santa Maria– Brasil
cvk.joani@hotmail.com

Fabiane Viera Romano

Universidade Federal de Santa Maria– Brasil
fabioromano@gmail.com

Luis Guilherme Aita Pippi

Universidade Federal de Santa Maria– Brasil
guiamy@hotmail.com

ABSTRACT

The composition of the urban fabric has a diverse range of items, which bring fullness to the city's experience. With emphasis on comfort, leisure and walkability evokes the relationship of urban parks with pedestrian locomotion. The characterization of these spaces in terms of their coverage in the area and their service radius should be in accordance with the needs dictated by the population, in this way it was sought to evaluate, through exploratory research, the availability of users' walk and the relation that must with the proposal of urban parks, since both are promoters of better living conditions in the cities.

Keywords: *Urban park; Service radius; Walking.*

1. INTRODUÇÃO

A malha urbana, constituída pelo conjunto de construções, variando dentre prédios, residências e espaços livres com diversas classificações tipológicas pode ter características induzidas pelos elementos regionais e culturais, que também são alterados conforme a sociedade, num fluxo constante.

Tratando-se da vida cotidiana dos cidadãos, é possível verificar a estreita relação e o importante papel que o sistema público de espaços livres desempenha ao fornecer múltiplos usos à comunidade, sendo espaços para atividades recreativas com contato com a natureza, e que amenizam os impactos ambientais existente no conjunto urbano, propiciando melhorias palpáveis na qualidade de vida.

Existentes como elementos integrantes do sistema de espaços livres, as áreas de lazer e recreação conforme salientado por Pippi et al. (2011) são conformadas por parques, praças, calçadões, largos, ruas, passeio públicos, campos de futebol, balneários e praias. Dando ênfase aos parques urbanos, Maymone (2009) descreve-os como espaços que possuem dimensões significativas, de modo que possam contemplar diversos usos e funções, relacionados às questões ambientais, recreativas e aos aspectos sociais. Intimamente ligados com as cidades, estes tornam-se equipamentos cuja finalidade é promover a integração da natureza com o meio construído, na tentativa de haver a reprodução de um ambiente

natural na malha urbana.

Torna-se claro que, para chegar a um correto planejamento urbanístico os responsáveis devem compreender a importância da visualização do perfil e das necessidades da comunidade e como sua relação direta com os elementos a serem inseridos no espaço público. Observa-se ainda que aliar os aspectos humanos e legislativos na implantação de parques urbanos é uma das lacunas ainda existentes no planejamento das cidades. Este aspecto, que contribui para a crescente existência de parques e praças em desuso, fora das necessidades sociais, normas brasileiras e em contradição com as características de um urbanismo sustentável necessário ao século XXI, também influencia na demora dos processos de aprovação e ajustes destes espaços.

Para tal problema, propõe-se buscar a criação de uma ferramenta para auxílio metodológico na projeção e implantação de parques urbanos para cidades de médio porte, a fim de que esta possa auxiliar na implementação dos itens dispostos em legislação bem como na consulta e observação de necessidades ditas pela comunidade em questão. Desta forma, inicialmente buscou-se avaliar, por meio de pesquisa exploratória, a disponibilidade de caminhada de usuários e a relação com a proposição de parques urbanos e espaços públicos para locomoção.

Desenvolvido na disciplina de Planejamento da Paisagem e Usos Antrópicos da Paisagem Urbana (pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo – UFSM), o questionário piloto, para caracterização e avaliação de parques urbanos, proposto com 15 perguntas de múltipla escolha, e 1 dissertativa, tendo como premissa trazer às claras a relação entre o planejamento de parques urbanos e os desejos da comunidade.

Buscar informações a respeito da disposição dos usuários à caminhada e como são propostos os raios de atendimento com base nas necessidades urbanas e nas distâncias de percurso, também é objetivo deste trabalho, servindo assim como parte avaliativa da necessidade de conversação entre a comunidade e o poder público, e a literatura existente, de forma amostral para sequência em dissertação de mestrado em desenvolvimento pela autora.

2. CAMINHABILIDADE E PARQUES URBANOS

De acordo com Pacheco (2001) o conceito de bairro foi popularizado como uma simples divisão espacial de uma cidade, chamados por conveniência em acordo com os grupos incorporadores. Assim, o termo busca designar um espaço na cidade cujo conjunto de pessoas partilhem de uma identidade ou sentimento de pertencimento. Estas características, aplicam-se não somente ao conjunto de ruas e residências, mas também ao sistema de espaços livres necessário ao suporte da vida no conjunto.

A caminhabilidade de um bairro mede se o design da comunidade incentiva ou inibe a caminhada. Por exemplo, a falta de uma calçada pode tornar a caminhada insegura, e uma rede de ruas desconectada pode desencorajar a caminhada. Por outro lado, ter lojas de varejo perto de onde as pessoas vivem e fornecer ruas conectadas aumenta a probabilidade de uma pessoa incorporar a caminhada nas rotinas diárias. (MARSHALL; BRAUER; FRANK, 2009).

Pode-se definir unidade de vizinhança, em acordo com Mumford (2000) e Rego (2017), como um espaço na cidade que é capaz de acomodar organicamente os itens necessários para o bom funcionamento de, no mínimo, uma escola primária, de modo que não seja necessário o deslocamento de nenhuma criança além de aproximadamente 800 metros. É salientado também que uma unidade de

vizinhança acolha parque e área de lazer, e pequenas lojas necessárias ao ambiente residencial promovendo um comércio local.

Uma vizinhança, em seu contexto urbanístico, busca minimizar as distâncias necessárias para a obtenção de itens básicos a vivência na cidade. Estimulando menor deslocamento e por consequência menor necessidade de meios de transporte ou automóveis, proliferando uma locomoção mais sustentável através de modais alternativos tais como ciclovias, ciclofaixas, ruas compartilhadas e pistas multiusos, cuja base seja uma fonte não poluidora.

Com base nos conceitos exibidos para áreas urbanas, Kliass e Magnoli (2006) catalogam os parques urbanos em 4 classificações (de acordo com tamanhos e usos), com raios de atendimento conforme apresentado na tabela 1:

Tabela 1: Raio de atendimento de espaços livres de lazer e recreação.

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Raio de Atendimento
Parque de vizinhança	$\leq 500\text{m}$
Parque de bairro	$\leq 1.000\text{m}$
Parque setorial	$\leq 5.000\text{m}$
Parques metropolitanos	$< 5.000\text{m}$

Fonte: Adaptado de Kliass; Magnoli (2006).

Tratando-se dos tipos de parques urbanos que são mais comumente encontrados em cidade de médio e pequeno porte, têm-se Parques de Bairro e Parques de Vizinhança. Mascaró (2008) cataloga quanto as dimensões mínimas de um Parque Urbano, as seguintes áreas apresentadas na tabela 2:

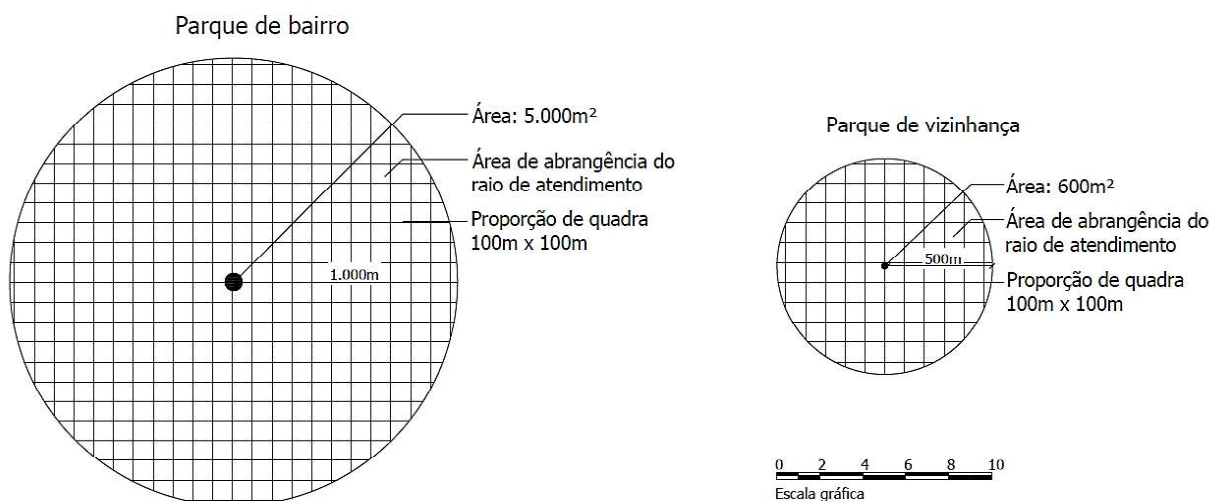
Tabela 2: Áreas de modalidades de espaços livres de lazer e recreação.

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Área
Parque de vizinhança	$\geq 600\text{m}^2$
Parque de bairro	$\geq 5.000\text{m}^2$

Fonte: Adaptado de Mascaró (2008).

Ao trazermos esta metodologia a projeção dos parques de vizinhança e de bairro temos a seguinte planificação de suas áreas mínimas e raios de atendimento máximos:

Figura 1: Área mínima e raio de atendimento máximo de espaços livres de lazer e recreação.



Fonte: Adaptado de Kliass; Magnoli (2006) e Mascaró (2008).

Correlacionando as disposições propostas, em função das áreas de cada tipologia e de seus raios de atendimento, com base em um estudo realizado por Novaes, Miranda e Dourado (2011) em que a velocidade média obtida de uma caminhada leve varia entre 4,15 km/h e 4,53 km/h. Pressupõe-se assim que a cada 05 minutos o ser humano percorre aproximadamente uma distância de 0,375km, em 10 minutos tem-se 0,750 km e em 30 minutos 2,250 km.

Ao considerar-se que em acordo com as sugestões de áreas mínimas e raios de atendimento máximos, os parques deveriam encontrar-se a distâncias e períodos de locomoção peatonal conforme apresentado em tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Distâncias e tempo aproximado de caminhada de áreas verde.

Modalidade de espaço livre de lazer e recreação	Distância de caminhada	Tempo aproximado de caminhada
Parque de vizinhança	≤1.000m	Até 10 minutos
Parque de bairro	≥1.000m	Entre 15 e 30 minutos
Parque setorial	>10.000m	> 120 minutos

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base neste cruzamento de dados, observando como deve ser a relação e a existência de parques na malha da cidade, o tempo aproximado de caminhada compila uma distância adequada em função das dimensões de cada tipo de parque. É necessário atentar que desta forma, ao planejar e projetar áreas verdes com esse porte, devem ser considerados formas de locomoção alternativas, viabilizando uma mobilidade sustentável, feita através da utilização de cicloviás e de transportes coletivos.

3. AVALIAÇÃO A DISPOSIÇÃO DE CAMINHADA A PARQUES URBANOS

Agregando as considerações previamente apresentadas à disciplina de Planejamento da Paisagem e Usos Antrópicos da Paisagem Urbana, desenvolveu-se o questionário “Avaliação e Caracterização de Parques Urbanos”. Contendo 15 perguntas de múltipla escolha, e 1 dissertativa acerca do tema, o mesmo

foi disponibilizado e promulgado por meio de redes sociais, de e-mail e redes de compartilhamento, visando a fácil disseminação de ideias que estes meios possibilitam.

O período de disponibilidade para participação compreendeu os dias 25/04/2018 a partir das 11:30h (horário de Brasília) a 6/05/2018 até as 19:00h (horário de Brasília). Com o propósito de localizar o respondente no assunto, foram inseridas informações sobre o tema da pesquisa, assim como perguntas de gênero, idade e localização, a fim de haver a possibilidade de cruzamento de dados. A tabela 4 apresenta as perguntas do questionário disponibilizado:

Tabela 4: Perguntas do questionário disponibilizado

AVALIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE PARQUES URBANOS

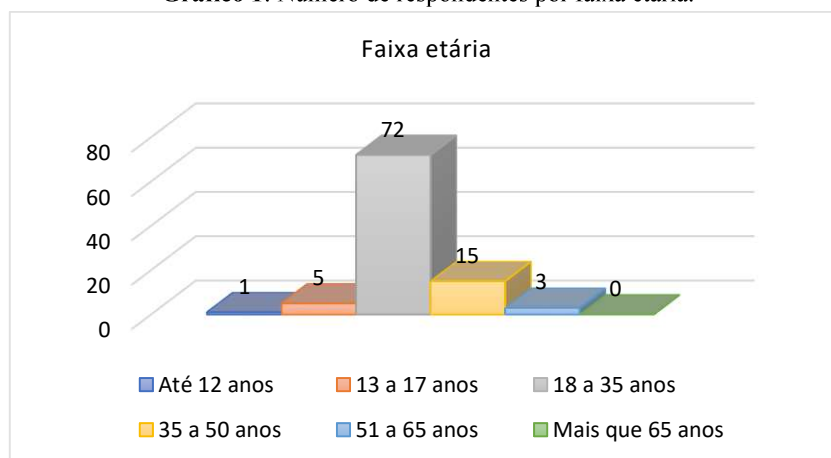
1	Gênero:
2	Faixa Etária:
3	Seu nível de escolaridade:
4	Endereço:
5	Há parques na cidade em que você reside?
6	Você visita ou já visitou algum parque?
8	Em que dias da semana você vai ao parque?
9	Em que turnos costuma ir ao parque:
10	Você costuma ir acompanhado de:
11	Por quais motivos você utiliza um/o parque?
12	Para realizar quais atividades você vai ao parque?
13	Quais equipamentos e/ou mobiliários você julga necessários em um parque?
14	Quais elementos naturais você considera importantes em um parque?
15	Para chegar a um parque, quanto tempo você se dispõe a caminhar:
16	Para você, o quanto é importante a existência de parques nas cidades? Por quê? ¹

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa experimental realizada através da plataforma on-line *Survio*, obteve 96 respondentes nesse período, e foi possível constatar que dentre os participantes 76% eram do sexo feminino e somente 24% do sexo masculino. Realidade que pode ser ocasionada em função de que as redes sociais possuem maior porcentagem de pessoas do sexo feminino, variando entre 53% e 58%. No gráfico abaixo é possível constatar a divisão entre as faixas etárias de respondentes:

¹ Questão dissertativa.

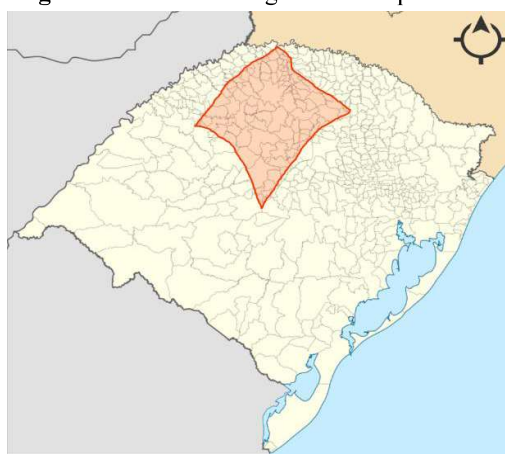
Gráfico 1: Número de respondentes por faixa etária.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com a maioria pertencente a faixa correspondente entre 18 a 35 anos, seguida da faixa que compreende 35 a 50 anos, conclui-se que 89 % o público alcançado já pertenciam a fase adulta. Outro item que cabe ser ressaltado a fim de contextualizar as respostas obtidas, é a região da qual obteve-se respondentes, apresentada através da Figura 1:

Figura 1: Área de abrangência de respondentes.

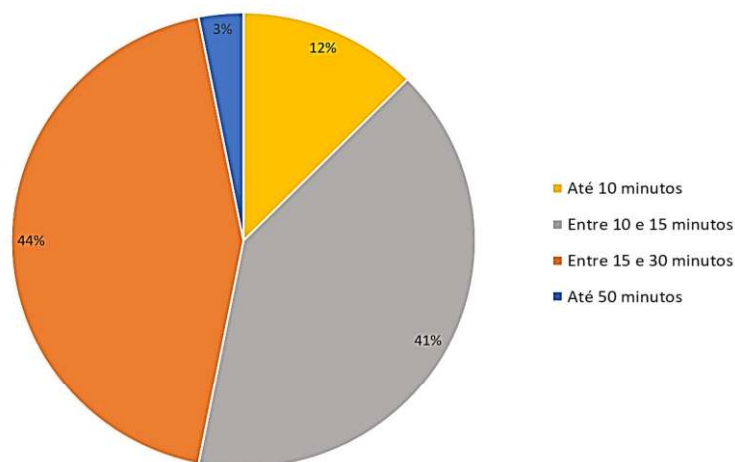


Fonte: Adaptado de Google Imagens.

O público apresentou-se localizado na região noroeste do estado, tendência influenciada pela rede de contatos da autora, não abrangendo nenhuma metrópole ou cidade de grande porte, perspectiva esta que pode ser alterada em futuros trabalhos, visando outros meios de disseminação do questionário.

Ao observar quanto tempo o respondente se dispõe a caminhar para chegar a um parque, obtiveram-se os dados apresentados no gráfico 2:

Gráfico 2: Tempo de disposição a caminhada para chegar a um parque urbano.



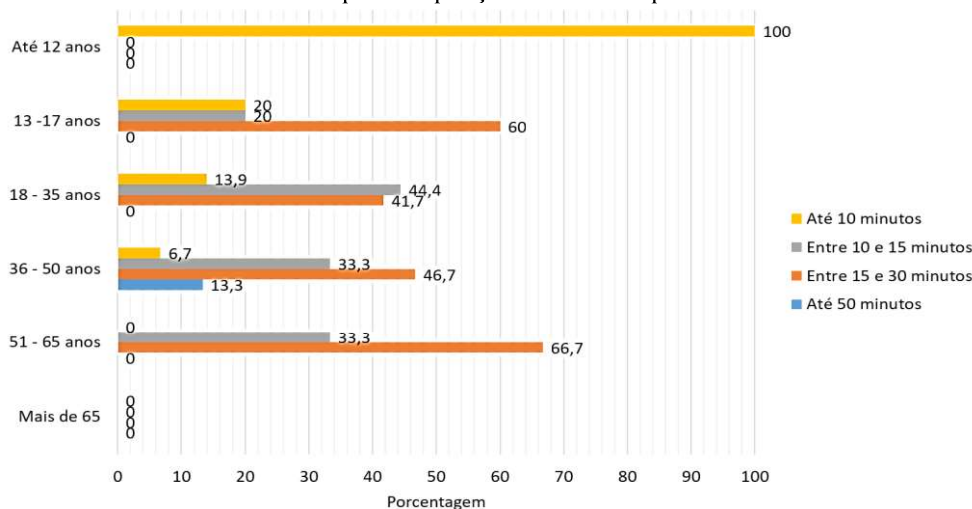
Fonte: Elaborado pela autora.

É possível analisar que somente 12% se dispõe a caminhar até 10 minutos, tempo que equivale a uma distância de até 750 metros, todavia tem-se 40,6% que afirmam que caminhariam entre 10 e 15 minutos para chegar a um parque, aumentando as distâncias em até 1.200 metros.

Uma porção significativa de respondentes, equivalendo a 43,8% se dispõe a caminhar entre 15 e 30 minutos para chegar a um parque, distancia correspondente entre 1.200 metros e 2.250 metros. Apenas 3,1% deste público propôs-se a caminhar 50 minutos ou mais, computando desta forma uma parcela pouco efetiva da população, porém existente.

Cruzando estes dados com as faixas etárias, é possível verificar a diferença entre as opiniões, conforme o gráfico 3 apresenta, onde a faixa correspondente até 12 anos de idade não se mostra expressiva por conter apenas 1 respondente deste grupo.

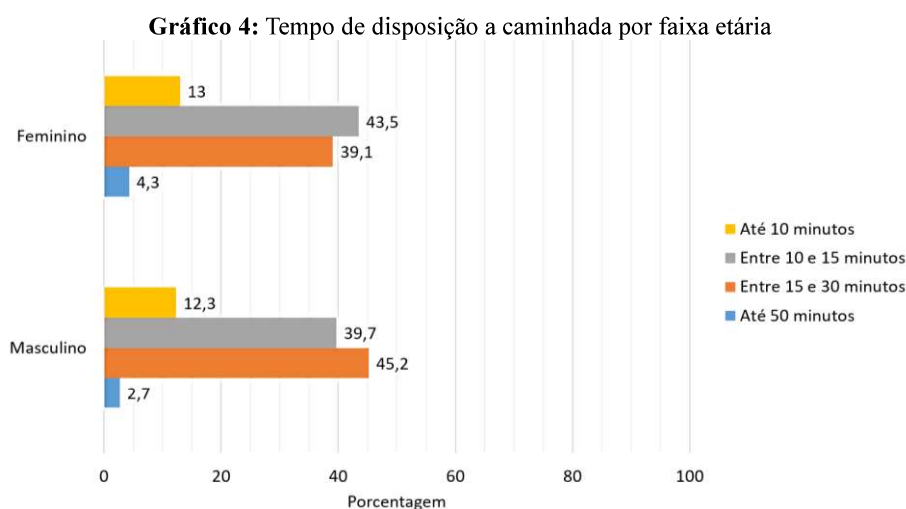
Gráfico 3: Tempo de disposição a caminhada por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, quando se leva em consideração o cruzamento dos dados com o gênero dos respondentes, é verificável uma alteração na preferência da maior porção, conforme o gráfico 4

apresenta:



Fonte: Elaborado pela autora.

O gênero feminino apresenta maior preferência em períodos de caminhada que compreendem de 10 a 15 minutos para locomoção até a um parque urbano, já o gênero masculino, propõe-se em maioria a caminhar entre 15 e 30 minutos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizando o lazer como um conjunto de atividades que são feitas pelo indivíduo em tempo livre de obrigações profissionais e familiares, cuja finalidade é haver repouso, divertimento e/ou formação desinteressada vemos que a responsabilidade de efetivar a existência de espaços que sejam propícios a prática do lazer e da recreação é de caráter público, devendo advir desde o planejamento dos bairros e cidades para que sejam atendidos todos os quesitos indispensáveis ao conforto e bem-estar humano.

Estas práticas em maioria são feitas em espaços livres e de uso comum, como praças e parques, ainda que em diversos tamanhos e configurações, estes espaços devem ser propostos e pensados a fim de contemplar os anseios e as necessidades dos usuários.

Sabendo-se que em decorrência do afastamento progressivo da natureza determinado pelo crescimento da urbanização e do novo conjunto de tarefas cotidianas que aceleram o ritmo de vida, há a alta valorização do tempo de folga e em consequência, tem-se como necessidade básica do ser o lazer, que acaba tornando-se também item englobado nas características de saúde básicas a serem fornecidas na própria cidade.

Constatado através da pesquisa exploratória, que a maior porcentagem do público respondente parcela equivalente a 84,4%, se dispõe a caminhar entre 10 e 30 minutos para chegar a um parque, as percepções sobre o aproveitamento máximo de tempo de lazer são elevadas, e enfatizam a necessidade de proposições acerca da caminhabilidade urbana.

Dentre as tipologias de parques e as proposições de seus raios de atendimento, é necessário relacionar quais aspectos precisam ser atendidos para determinada vizinhança ou bairro. Ao observar o tempo desejável de caminhada entre 10 e 15 minutos, aproximadamente 1.000 metros, é cabível propor

parques de vizinhança cujas dimensões propõem-se em até 600m², existindo assim dentro do conjunto em adjacência e viabilizando a locomoção peatonal.

Quando desejável em maioria uma caminhada de 15 a 30 minutos, percorrendo aproximadamente 2.250 metros, a proposição de parques de bairro torna-se um item em maior coerência em razão de suas dimensões abrangerem uma gama de espaços e atividades maiores que as disponíveis em parques de vizinhança e praças. Todavia, o seu deslocamento ainda incentiva a caminhabilidade urbana, não sugerindo a utilização de veículo para locomoção e evitando o aumento nas fontes de poluição.

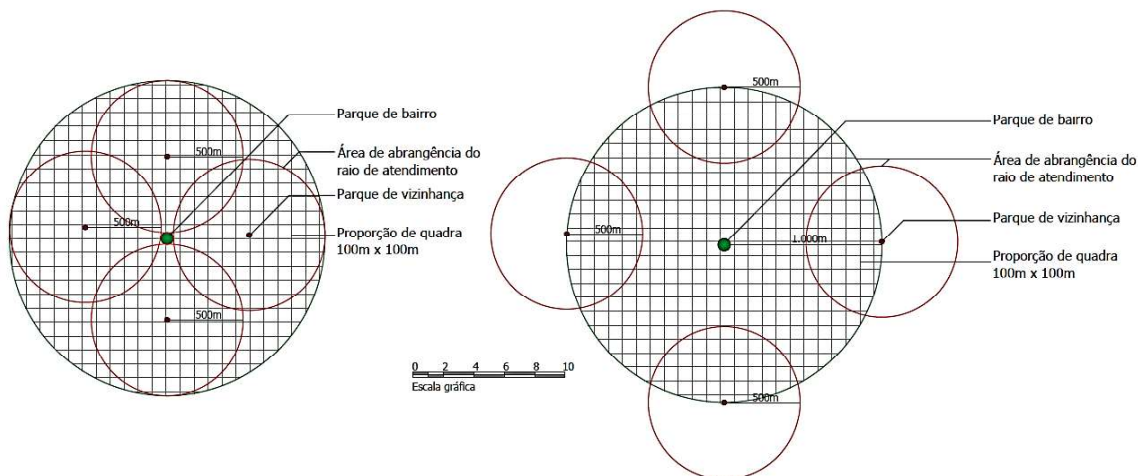
Ao propor parques cujas dimensões ultrapassem as distâncias de caminhadas supracitadas, é necessário atentar que estes espaços necessitarão de locomoção feita através de outra modalidade que não corresponderá a peatonal, sugerindo que seja feita através de veículos motorizados. Aliar a conjectura projetos para locomoções alternativas, viabiliza uma mobilidade sustentável, feita através da utilização de ciclovias e de transportes coletivos.

Ainda é possível considerar dentre os aspectos dos respondentes a importância da disposição a caminhada como forma auxiliar de controle e diminuição de poluentes em centros urbanos, apoiando o desenvolvimento de medidas para garantir uma boa mobilidade dentro da conjuntura urbana, devendo levar em consideração a zonas, atividades e os raios de atendimento necessários, tanto para edificações e empreendimentos quanto para parques e componentes do sistema de espaços livres.

Outra medida cabível de ser analisada é em relação ao deslocamento feito com o uso de bicicletas, aliado a ciclovias ou ciclofaixas, que podem reduzir ainda mais os períodos de locomoção aumentando a distância percorrida. Com a utilização de tipologias como esta, é possível promover o deslocamento de maneira sustentável a distâncias mais longas necessitando menos tempo, e evitando a emissão de poluentes efetivamente.

Cabe ainda, a futuros trabalhos, avaliar o quanto os passeios públicos influenciam na caminhabilidade aos parques urbanos, de modo a relacionar suas dimensões e raios de atendimento, tal como sua disposição e ligação com o sistema de espaços livres urbanos. A exemplo disto, para estudo inicial, propõe-se a observação de maneiras mais coerentes de ligação e disposição destes elementos dentro da malha urbana, a fim de buscar no decorrer da pesquisa, métodos que auxiliem esta inserção e conexão na conjectura urbana (figura 2).

Figura 2: Relação entre os raios de atendimento máximo de espaços livres de lazer e recreação.



Fonte: Elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

- KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas Verdes De Recreação. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, SP, n. 21, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/download/40254/43120>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- MARANGONI FILHO, M. **Planejamento, Estatuto Da Cidade e o Espaço Urbano De Mogi Guaçu - SP**. 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- MARSHALL, J. D.; BRAUER, M.; FRANK, L. D. *Healthy neighborhoods: walkability and air pollution. Environmental health perspectives, Rockville Pike, Bethesda, USA*, n. 11, p. 1752–9, 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20049128>>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- MASCARÓ, J. L. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008
- MAYMONE, M. A. A. **Parques Urbanos- Origens, Conceitos, Projetos, Legislação e Custos de Implantação** Estudo de Caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.specom.2008.11.001>> Acesso em: 22 fev. 2018.
- MUMFORD, E. *The CIAM discourse on urbanism*, 1928- 1960. Cambridge: The MIT Press. (2000).
- NOVAES, R. D.; MIRANDA, A. S.; DOURADO, V. Z. Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, SP, p. 117–122, 2011.
- PACHECO, J. B. O Conceito Geografico de Bairro: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis do Maranhão, MA, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3702>>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- PIPPI, L. G. A. Et al. A Dinâmica dos Espaços Livre Intra-urbanos da Cidade de Santa Maria - RS. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, [s. l.], n. 29, p. 189–225, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/85315/88116>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- REGO, R. L. Unidade de vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Maringá, PR, p. 401–413, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017005005101&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 maio. 2018.